
A CONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO ENTRE TRABALHO DOCENTE E FAMÍLIA¹

Alfrancio Ferreira Dias²

RESUMO

Este artigo, sob a abordagem de gênero, mostra a construção das relações de trabalho no ensino básico, analisando como os professores e professoras integram/harmonizam o desempenho profissional e doméstico. Participaram desta pesquisa trinta e dois docentes (vinte e duas mulheres e dez homens) que atuam do Ensino Médio Estadual Sergipano. Conclui-se que na relação entre trabalho e família, a dimensão da alteridade tem contribuído para a ampliação da cidadania e dos direitos das mulheres e homens nesta relação, na medida em que as relações familiares se configuram como um espaço de negociação entre *si* e *do outro*.

Palavras-chave: Trabalho docente. Trabalho Doméstico. Gênero.

ABSTRACT

This paper, about gender approach, shows the construction of labor relations in basic education, examining how men and women teachers integrate / harmonize the domestic and professional performance. Thirty-two teachers (twenty-two women and ten men) who work at Sergipe High School participated in this research. It was concluded that in the relationship between work and family, the dimension of otherness has contributed to the expansion of citizenship and the rights of women and men in this respect, in that family relationships are configured as a space of negotiation between themselves and the other.

Keywords: Teacher work. Housework. Gender.

O trabalho docente como um espaço de sociabilidade é pensado aqui a partir de três aspectos: como fonte de realização dos agentes, como elemento de apropriação da autonomia e como elemento central na vida dos trabalhadores (ARAÚJO & SCALON, 2005). Acredita-se que esses aspectos são fundamentais para a análise sobre as representações

¹ Este texto faz parte das discussões de nossa Tese de Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Sergipe que visou analisar as transformações vivenciadas nos últimos anos do trabalho docente no Ensino Médio do Colégio Estadual Atheneu Sergipense, avaliando as mudanças nas relações sociais de gênero, na ampliação da cidadania e dos direitos dos/as docentes. Para a análise dessa fase foram aplicados 22 questionários fechados (13 mulheres e 9 homens) e 16 questionários abertos (10 mulheres e 8 homens) de um total de 32 docentes da instituição, visto que não foi possível atingir a totalidade dos docentes. O acesso aos respondentes ocorreu por meio de entrevistas *semiestruturadas*, realizadas com 16 docentes (8 mulheres e 8 homens) para analisar a dialética do processo de trabalho, mediante suas representações.

² Doutorando em Ciências Sociais pelo Núcleo de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe; Professor do Departamento de Ciências Humanas e Letras – DCHL da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB; diasalfrancio@hotmail.com.

dos/as docentes, na medida em que o primeiro remete as perspectivas de realizações individuais como sua posição, visibilidade e conquistas. Sobre o segundo entende-se que a partir da autonomia dos agentes, as necessidades econômicas podem ampliar a relação tempo/espço dos trabalhadores passado mais para uma relação de ganho do que de valor. O último aspecto influencia a construção das identificações dos/as agentes no campo do trabalho. Nesta perspectiva, entende-se que para compreender as representações masculinas e femininas no cotidiano das relações entre o trabalho docente e o doméstico é preciso entender o gênero como uma perspectiva de análise útil. Parte-se da ideia de que é preciso ampliar o conceito de trabalho reprodutivo/assalariado para incluir também o trabalho reprodutivo/não assalariado, pois esses aspectos estão presentes em efervescência nas representações dos/as docentes acerca das relações cotidianas de trabalho e de família.

As representações de gênero sobre o trabalho docente anunciam a existência de estereótipos ligados à masculinidade e feminilidade, reconhecidos, prioritariamente, pelas mulheres a partir de suas vivências no campo do trabalho, ao mesmo tempo em que se percebe nas narrativas que estas estão representando os processos de relações do “eu” com os “outros” (homens/mulheres, mulheres/mulheres e homens/homens), ou seja, da alteridade. Nesta linha de reflexão, Cruz (2012, 09) argumenta sobre a “questão da sociabilidade e da identidade” no campo da educação; segundo as argumentações da autora, as representações, a sociabilidade e as identificações dos/as docentes dependem da “trajetória de vida do indivíduo e da configuração social de cada momento de sua vida, permitindo a existência de socializações posteriores aquela primeira socialização familiar”. Assim, compreende-se que homens e mulheres participam de processos de socializações no decorrer de suas trajetórias familiares, escolares e profissionais de forma ativa/passiva, num processo de influenciar/ser influenciado um ao outro, reproduzindo um discurso social e cultural. Em outras palavras, a diversidade de homens e mulheres nas relações de trabalho pode interferir essa reprodução, pois as identidades de gênero não são rígidas, mas sim plurais.

A cultura é um conjunto de significados/significantes que através das tradições desvia-se para uma nova forma de situar-se, produzir-se, no sentido mais amplo, num processo de metamorfose em que novos conceitos, compreensões e caminhos nos permitem o surgimento de novos sujeitos. Esse processo de metamorfose nos permite refletir sobre o caminho que homens e mulheres percorrem “perante nossas tradições e, se esse caminho esta sendo codificado a partir das intervenções do cotidiano, pois o “fazer” pressupõem reconstruir-se a partir de debates advindos da contestação da tradição e a nova forma de pensar contemporaneamente a cultura” (DIAS, 2011, p. 154).

O gênero é pensado aqui como uma construção social e cultural (SCOTT, 1989). A partir das interações sociais, as masculinidades e feminilidades são ressignificadas num processo complexo, no qual as relações de trabalho influenciam o significado atribuído às diferenças entre os sexos. Sobre o trabalho dos/as docentes, buscou-se compreender as transformações vivenciadas no cotidiano das relações de trabalho, situando os avanços nas relações sociais de gênero para a ampliação da cidadania de homens e mulheres.

As representações sociais sobre homens e mulheres docentes são pensadas a partir do trabalho que realizam, num espaço de relações dinâmicas e ambíguas, que descrevem a partir das narrativas as imagens de gênero, os papéis de homens e mulheres, das masculinidades e feminilidades que configuram as práticas de socialização no âmbito do trabalho. Parte-se da premissa que a socialização é significativa para a construção das identificações dos agentes, visto que neste processo, as percepções, os discursos, as assimetrias são questionadas na interação. Assim, nos interessa saber como os professores e professoras como os/as docentes integram/harmonizam o desempenho profissional e doméstico.

As representações dos/as docentes sobre as atividades desenvolvidas no âmbito doméstico, considerando que professores e professoras também trabalham na docência. No bojo da compreensão das concepções das relações sociais de sexo, é preciso destacar a articulação entre espaço público e privado (HIRATA e KERGOAT, 1998), bem como as

questões negociadas sobre a mobilidade dos casais na sua carreira docente. Essas questões, por sua vez, estão na essência das relações de gênero.

Para arrecadar dados sobre esses aspectos, foram concentradas algumas questões diretas nos questionários aplicados e por meio de realização de entrevista semiestruturadas, sendo os resultados divididos em duas categorias. A primeira aborda a posição dos/as docentes na família no que se refere ao papel desempenhado como chefe de família/secundário (salário principal ou complementar). A segunda categoria dá conta das atividades compartilhadas por eles no âmbito familiar (administração doméstica e educação dos filhos). Foram selecionadas estas categorias pelo fato de que os/as docentes trabalham no Colégio Atheneu Sergipense com Gratificação de Tempo Integral, o que os põem em situação de vantagens com relação aos demais docentes da rede estadual de ensino, visto que são acrescidos 100% ao salário dos/as docentes no processo das atividades no Centro Experimental de Ensino. Assim, vale ressaltar que os dados contribuíram para analisar a contribuição e a importância social do trabalho docente, as mudanças na qualidade do trabalho familiar e as novas formas de organização do espaço doméstico para a equidade ou estabilização dos papéis sociais de gênero.

Sobre a posição dos/as docentes na família, os dados permitiram detectar que: 55% dos professores casados chefiam a família, sendo seu salário o principal mantenedor dela; 44,5% dos professores solteiros possuem salário principal. Já 38,5% das professoras pesquisadas são chefes de família com salário principal; 38,5% delas são divorciadas e também assumiram as chefias das famílias; 23% são solteiras e atuam como detentoras do salário principal familiar — conforme é possível observar na Tabela abaixo. A partir desses dados, pode-se inferir, sobre a posição desempenhada pelos docentes da Instituição, que as mulheres são as que mais chefiam suas famílias — 77% das casadas e divorciadas apontam como salário principal e como chefes de família. Assim, o salário dos/as docentes é visto como renda principal no orçamento familiar; no caso das mulheres há uma dissociação da figura masculina como chefe da família, visto que uma mudança no desempenho desse papel vem acontecendo paulatinamente, no qual os homens nunca tinham sua renda mensal

como complementar, configurando mudanças significativas quanto para as mulheres quanto para os homens. O fruto desse processo *é a hipótese de que o orçamento familiar é mantido por dois provedores*, na medida em que a pesquisa comprovou que homens e mulheres possuem um percentual muito próximo ao considerarem como chefes do orçamento familiar, mostrando que a renda feminina é igual ou superior à masculina. Contudo, cabe destacar que dessas mudanças nos novos papéis desenvolvidos por homens e mulheres dentro da família, principalmente, o fato de que as mulheres são as responsáveis pelo orçamento doméstico com a única renda da família, ou seja, *isso representa uma inversão de papéis patriarcais masculinos e femininos na contemporaneidade*, no qual as mulheres estão se inserindo nos espaços de trabalho e os homens estão se inserindo nas atividades no âmbito familiar.

Quanto ao aspecto de salário complementar, dos professores pesquisados 44,5% não o possuem; 44,4% o possuem advindo de esposas e companheiras; e 11,1% têm a renda familiar complementada com os rendimentos salariais dos filhos. Na perspectiva das professoras, 30,5% possuem salário complementar do esposo; 15,5%, dos filhos; e 54% não têm o orçamento familiar complementado. Percebe-se também que como a estrutura de família patriarcal está sendo questionada a partir da inserção feminina no mercado do trabalho, contribuindo para uma maior negociação entre homens e mulheres docentes no que se refere às atividades domésticas. A posição e a renda das mulheres na família têm sido um aspecto relevante nas pesquisas sobre trabalho e gênero. No entender de Cruz (2005), a influência que elas têm na receita global da família indica como está sendo integrado o público e o privado nas sociedades capitalistas a partir da dinâmica desenvolvida na relação entre família e economia. Outro argumento discutido pela autora é que a identidade de gênero estrutura o trabalho remunerado, a administração e a participação política dos trabalhadores a fim de ligar economia e política.

A pesar das professoras contribuírem economicamente no orçamento doméstico, pode-se perceber que alguns aspectos pesam muito sobre as mulheres. É o caso da dupla jornada de trabalho desenvolvida amplamente por elas dentro e fora do âmbito

doméstico. A relação trabalho remunerado/doméstico ainda põe as mulheres trabalhadoras em situações de desigualdade perante os homens, pois De acordo com Georges (2008), a repartição dos papéis sociais em relação às diferentes etapas da trajetória profissional e reprodutiva revela-se com uma concentração importante de mulheres (GEORGES, 2008). Esse fato confirma a tese que a “situação no sistema/organização familiar não parece alterar a divisão sexual do trabalho na esfera da família, uma vez que as tarefas ditas ‘domésticas’ continuam a ser, prioritariamente, responsabilidade das mulheres” (CRUZ, 2005, p. 164). Quanto às análises sobre as atividades compartilhadas na família, as respostas dos questionários e os depoimentos das entrevistas foram significativos para que pudéssemos compreender as representações dos/as docentes acerca das divisões/negociações das responsabilidades e administração doméstica.

Sobre as questões relacionadas às atividades domésticas, verificou-se que: 44,4% dos professores as compartilham com as esposas; 33,3%, com familiares; e 11,1%, com empregadas domésticas. No caso das professoras, 30,3% compartilham as atividades com os esposos; 23%, com familiares; e 15,5%, com empregadas domésticas.

Apesar de homens e mulheres compartilharem a administração doméstica, as mulheres são mais prejudicadas nesse processo, visto que elas ainda têm de conciliar seus encargos familiares aos do trabalho. As professoras pesquisadas possuem uma média de 19% a mais que os homens no que se refere à administração doméstica sozinhas, o que dificulta seu desempenho no trabalho remunerado e a equidade do tempo entre homens e mulheres. O aspecto da administração doméstica, prioritariamente ligada às mulheres, repercute também na educação dos filhos: 44, 5% dos homens compartilham com esposas e familiares, ou são integralmente realizadas pelas próprias mulheres (15,5%), como é possível verificar no depoimento de uma das entrevistadas sobre o processo de escolarização e de cuidado dos filhos:

Quando eu comecei a trabalhar foi muito difícil, por causa dos meus filhos, pois eles estudavam, ficavam em casa e eu tinha que trabalhar ao mesmo tempo. Minha família me ajudou muito, onde minhas irmãs e minha mãe ficavam com eles juntamente com uma pessoa que ficava em casa para as

atividades domésticas, higiene e o cuidado. Eu tive esse lado das minhas irmãs, que também eram professoras e colaboravam com os cuidados e a educação deles. Como justificativa disso, eu dou a que eu trabalhava os três turnos (manhã, tarde e noite), sendo ao mesmo tempo mãe e pai deles. Nesse processo, sempre quando não podia solicitava as minhas irmãs que acompanhasse o desenvolvimento educacional dos meus filhos, apesar deles serem desse de sedo autônomos, responsáveis e dedicados aos estudos, como que essa a preocupação já vinha naturalmente deles sabe (Professora, casada, 49 anos, 03 filhos, 17 anos na rede estadual de ensino).

As atividades domésticas, especificamente a atenção aos filhos, foram apontadas como principal dificuldade de lidar por algumas mulheres no processo das entrevistas, mesmo esta pesquisa tenha revelado uma ampliação da atuação masculina no espaço doméstico. Entre as mulheres solteiras foi registrada a soma das responsabilidades domésticas ao trabalho docente, ou seja, a dupla fornada de trabalho. Sobre as atividades domésticas, os depoimentos representam a “administração da casa” como a principal responsabilidade do espaço doméstico, sendo que nas narrativas foi possível perceber que esta é ligada as mulheres, entre os docentes casados, as docentes casadas e as docentes solteiras, só sendo o contrário entre os homens solteiros. Assim, infere-se que além das questões relacionadas ao trabalho docente realizado, as mulheres são as principais responsáveis pela organização da estrutura familiar, tendo como *principal resultado dessa dupla fornada a externalização do trabalho doméstico*, onde as mulheres pagam outras mulheres para realizarem as atividades domésticas (limpar, lavar, cozinhar, passar, cuidar) enquanto elas atuação no trabalho produtivo. Segundo Hirata e Kergoat (2008), a externalização é um fator importante para as mulheres estabilizar e dar mobilidade para o desenvolvimento profissional, bem como confere as mulheres a possibilidade de realização de seus projetos pessoais a partir de seu salário.

Nesta perspectiva, algumas narrativas masculinas confirmam que as mulheres são quem desenvolvem a administração doméstica, pois quando questionados sobre a possibilidade de compartilhamento das atividades na família (orçamento familiar, administração doméstica, educação dos filhos), a única em que eles não participam é a administração da casa, como podemos perceber nos argumentos de um dos entrevistados: “Apesar de ajudar, minha ajuda é rara. Ela sempre fica encarregada dessas coisas da casa, eu

faço bem menos que ela. *Não faço por falta de tempo, só nos fins de semana que eu tenho tempo e colaboro com algumas tarefas como lavar garagem, limpar jardim e às vezes organizar nossos livros*". O argumento do professor assume a não responsabilidade masculina sobre as atividades domésticas, sendo que a fim da tentativa de não atrapalhar o relacionamento com sua esposa, o professor realiza algumas atividades de limpeza "externa a casa", a partir da negociação entre o casal.

O número e a idade dos filhos se constituem como uma variável individual relevante de implicações de gênero nas relações de trabalho. Para Bruschini (2008), a presença de filhos, em especial pequenos, tem-se mostrado como um das principais dificuldades para o desempenho da atividade produtiva feminina, visto que o cuidado com a prole é uma das atividades que mais requer tempo no trabalho doméstico feminino. Embora seja um fator agravante e prejudicial, elas entram cada vez mais novas e com filhos pequenos nas atividades produtivas. Cruz (2005) salienta que a presença de filhos afeta a participação das mulheres no mercado de trabalho, sobretudo das mais jovens, cujos filhos geralmente são pequenos, pois pode haver dificuldades para conciliar trabalho e família. Tem-se mostrado que tanto a presença de filhos quanto a idade destes interferem na produção das trabalhadoras, nas relações de trabalho e conjugais. Isso aponta para o surgimento de outro fator relevante da inserção feminina no mercado de trabalho: a taxa de fecundidade tem diminuído significativamente nas últimas décadas. Esses impactos são perceptíveis também na docência, pois a redução da taxa de natalidade entre os/as docentes é uma realidade a nível nacional (IBGE, 2010).

No Colégio Atheneu Sergipense, por sua vez, tal condição está se desenvolvendo de forma paulatina. A este respeito, podemos verificar que 45,5% dos docentes pesquisados têm um ou dois filhos, e 68,3% das docentes têm de um a dois filhos. Um aspecto relevante da instituição no que se refere a variável número de filhos é que 55,5% dos docentes e 31% das docentes não têm filhos. Segundo Bruschini (2008), a queda de fecundidade, sobretudo nas cidades e nas regiões mais desenvolvidas, atingiu 2,1 filhos por mulher em 2005 no País. Compreende-se que, com o advento da globalização, as famílias têm passado por mudanças

que contribuem para a diminuição da prole. Para Cruz (2005), os filhos, em diferentes faixas de idade, são considerados fatores que podem dificultar a participação da mulher no mercado de trabalho, na medida em que tradicionalmente na família lhe é atribuída a responsabilidade pela guarda, cuidado e educação deles. A autora postula ainda que “é interessante salientar que a insuficiência ou mesmo a inexistência de instituições ou equipamentos coletivos (como as creches) limita a saída da mulher para o trabalho remunerado, sobretudo se os rendimentos obtidos são insuficientes para cobrir custos com formas remuneradas de cuidado infantil” (CRUZ, 2005, p. 153).

Embora estejam claras as dificuldades de inserção das mulheres com filhos no mercado de trabalho, a quantidade delas tem se aproximado daquelas que não possuem filhos. Ou seja: a taxa de atividade produtiva das mulheres com filhos tem aumentado, apesar das dificuldades de conciliar o trabalho remunerado e o doméstico. Alguns aspectos têm contribuído para essa nova realidade, sobretudo nas áreas urbanas. É possível, por exemplo, apontar as necessidades econômicas e as mudanças demográficas a partir da década de 1970: envelhecimento da população, queda da fecundidade, redução da família brasileira, escolarização das mulheres, e principalmente, modificações dos papéis atribuídos a homens e mulheres nas relações sociais.

A partir dos dados, é possível dizer que apesar de compartilharem com esposos e familiares, ainda permanece um número grande de mulheres responsáveis pela educação dos filhos, por se tratar de uma atividade culturalmente considerada feminina e desenvolvida no âmbito doméstico, como é possível destacar o depoimento de um dos docentes entrevistados no que se refere às dificuldades/desempenho de estabilizar o tempo destinado aos cuidados e a escolarização dos filhos com o trabalho docente:

Sobre as dificuldades de conciliar, acredito que foi possível, pois minha esposa também é professora e nunca tivemos problemas com a criação e educação de nossos filhos. Até porque trabalhávamos em turno opostos, ou seja, quando eu estava trabalhando ela cuidava das crianças e, quando ela trabalhava eu ficava com os nossos filhos, dando assim para conciliar nosso trabalho com esse momento importante da vida de nossos filhos

(Professor, casado, 42 anos, 03 filhos, mestrando, 13 anos na rede estadual de ensino).

Processualmente cabe dizer que novas formas de cooperação e divisão das atividades na esfera reprodutiva da família estão surgindo, dando às mulheres equidade de tempo no espaço público e privado em relação aos homens. Ademais, o papel feminino contemporâneo vai além das atividades “ditas femininas”, perpassando por todos os segmentos da sociedade; como uma atuação política para redefinir papéis masculinos e femininos, visto que a redefinição desses papéis e da conquista de mais oportunidades de trabalho resulta em mais autonomia feminina. Especificamente, no âmbito familiar dos/as docentes, se desenvolve um movimento de estabilização dos papéis masculinos e femininos, na medida em que os homens, paulatinamente, estão desenvolvendo atividades domésticas a partir da reconfiguração familiar, dos novos arranjos familiares, das negociações dos conflitos com os cônjuges.

Os autores Rizavi e Sofer (2008) contribuem para essa análise, pois ao investigarem o trabalho doméstico e a organização do tempo dos casais, trazem a tona várias questões a divisão do trabalho tanto produtivo quanto doméstico, principalmente, as representações de gênero como o centro da questão para a igualdade entre homens e mulheres. Mais precisamente, os autores desenvolvem a teoria do “modelo coletivo” de divisão do trabalho do casal; nele homem e mulher possuem uma função de utilidade padrão no trabalho e na família, a fim de negociar seu “tempo de trabalho mercantil e doméstico, sem tempo de lazer e seus níveis de consumo de cada tipo de bem”. Assim, o modelo coletivo é pautado na negociação a partir de regras partilhadas e pré-estabelecidas entre homens e mulheres, sendo que para um maior efeito as relações negociadas ou até mesmo, as relação de poder entre homens e mulheres no âmbito da família, alguns aspectos precisam ser levados em conta como é o caso taxa de salário.

Nesta linha de reflexão, as narrativas dos/as docentes sinalizam que sempre existe uma negociação maior quando as mulheres possuem salários compatíveis, pois podem questionar o tempo gasto no trabalho remunerado e no não remunerado, no qual historicamente, as mulheres realizam mais o trabalho doméstico que os homens. No

desenvolvimento das entrevistas foi possível perceber a partir dos discursos que os/as docentes criam estratégias para conciliar o trabalho docente com as responsabilidades familiares, utilizando com ferramenta principal a negociação para minimizar as principais consequências do trabalho sobre sua vida pessoal e profissional:

A principal consequência é que quando se preocupa, realmente, com a profissão, o professor fica sem tempo para a vida pessoal, pois sempre está buscando novas técnicas, novas formas de ensino, novas atividades. E isso requer bastante tempo, pois na elaboração de uma nova atividade todo o contexto sociopolítico da sala e as diferentes habilidades dos alunos devem ser considerados. Ou seja, me dedico mais à vida profissional do que a vida pessoal, principalmente no que se refere às responsabilidades domésticas, negociando com minha esposa algumas tarefas para evitar maiores conflitos (Professor, casado, 39 anos, 01 filho, mestre, 15 anos na rede estadual de ensino).

Eu vejo a escola como uma extensão da família. Você pode perceber isso enquanto educadora e isso te dá uma visão nítida do seu contexto familiar e do seu trabalho como professora, porque temos conflitos em casa e no trabalho. Acredito também, que quando uma família possui uma mãe ou um pai que é professor isso ajuda bastante a compreender os problemas vindouros das negociações. Sempre tive uma ligação muito grande entre trabalho e família, fazendo o possível para ser feliz em ambos os espaços, negociando com meu marido algumas coisas ou realizando sozinha ou mais que ele sempre. (Professora, casada, 38 anos, 02 filhos, especialista, 11 anos na rede estadual de ensino).

Percebe-se que no campo produtivo/reprodutivo, os/as docentes atribuem sentido a negociação para a resolução dos conflitos existentes na relação trabalho/família. Parte-se do princípio de que a figura masculina patriarcalista está desaparecendo aos poucos a partir do deslocamento das relações de poder, diante do empoderamento e autonomia das mulheres no âmbito da família, bem como pela possibilidade de articular seus projetos profissionais e familiares a partir da inserção/permanência no mercado de trabalho remunerado. Mas que isso, esse processo vincula na produção dos sentidos e significados subjetivos de homens e mulheres na construção de suas identificações e trajetórias profissionais e familiares a partir da alteridade. Neste sentido, a dimensão de alteridade é pensada a partir do “ser” e do “fazer” dos/as docentes tanto no trabalho docente quanto no âmbito familiar, refletindo sobre essas relações como um espaço de diálogo e negociação

sobre as questões de *si* e do *outro*, com respeito ao outro, numa relação de complementação.

A construção da identidade/subjetividade dos/as docentes se dá um processo dinâmico a partir de suas atuações no trabalho e na família, sendo importante compreender as conexões existentes entre pensamento/emoção, consciente/inconsciente, sentido/significado nos espaços de socialização vivenciados (SCOZ, 2011), para que de fato possamos desmistificar as representações sobre as relações entre homens e mulheres na articulação entre vida familiar e profissional.

Neste texto foi possível compreender um pouco mais sobre as representações de gênero do/as docentes a partir das articulações e relações sociais de gênero entre trabalho/família. Infere-se que os/as docentes vivenciam as mudanças da educação, das relações no interior do trabalho e na família, atribuindo sentido e significados ao trabalho que realizam, a partir de suas identificações como professores/as e homens/mulheres, construídas no decorrer de suas trajetórias escolares, profissionais e familiares.

Os/as docentes integram/harmonizam o desempenho profissional e doméstico a partir do diálogo, criando estratégias para conciliar o trabalho docente com as responsabilidades familiares, negociando com esposo/a para minimizar as principais consequências do trabalho sobre sua vida familiar.

As mudanças na qualidade do trabalho familiar e as novas formas de organização do espaço doméstico estão sendo repensados para a ampliação da equidade ou estabilização dos papéis sociais de gênero, visto que a pesquisa mostrou que as mulheres são as que mais chefiam suas famílias, apontando com 77% das casadas e divorciadas como salário principal e como chefes de família.

O resultado dessas mudanças é a hipótese de que o orçamento familiar é mantido por dois provedores, dupla fornada feminina, externalização do trabalho doméstico e uma inversão de papéis patriarcais masculinos e femininos na contemporaneidade, ou seja, mais mulheres exercendo trabalho remunerado e mais homens realizando trabalho não remunerado. Mais que isso, a dimensão da alteridade tem contribuído para a ampliação da

cidadania e dos direitos das mulheres e homens nesta relação, na medida em que as relações familiares se configuram como um espaço de negociação entre *si* e do *outros*.

REFERÊNCIAS

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho e gênero no Brasil até 2005: uma comparação regional. In: BRUSCHINI, Cristina et al. **Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais**. Rio de Janeiro: FCV, 2008.

CRUZ, Maria Helena Santana. **Trabalho, Gênero, Cidadania: Tradição e Modernidade**. São Cristóvão: Editora UFS, 2005.

CRUZ, Maria Helena Santana. Refletindo sobre a diversidade de gênero no campo da Educação. In: **Revista Saberes em Perspectivas**, v. 2, nº 2, p. 13-32, jan/abr, 2012.

DIAS, Alfrancio Ferreira. Dos Estudos Culturais ao Novo Conceito de Identidade. **Revista Fórum Identidades**, GEPIADE, Ano 5, Volume 9, Jan-Jun, pp. 152-166, 2011.

GEORGES, Isabel. Entre vida doméstica e vida profissional: engenheiras no Brasil e na França. In: BRUSCHINI, Cristina et al. **Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais**. Rio de Janeiro: FCV, 2008.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. La division du travail revisitée. In: MARUANI, M. **Les nouvelles frontières de l'inégalité, hommes et femmes sur le marché du travail**. Paris: La Découverte, 1998.

HIRATA, Helena. Visão comparativa sobre o trabalho feminino na França, no Japão e no Brasil. In: COSTA, Albertina de O.; SORJ, Bila; BRUSCHINI, C.; HIRATA, H. (orgs). **Mercado de Trabalho e Gênero: comparações internacionais**. Rio de Janeiro: FVG, 2008.

RIZAVI, Sayyid Salman; SOFER, Catherine. Trabalho doméstico e organização do tempo dos casais: uma comparação internacional. In: COSTA, Albertina de Oliveira; SORJ, Bila; BRUSCHINI, Cristina; HIRATA, Helena. **Mercado de Trabalho e Gênero: comparações internacionais**. Rio de Janeiro: Editora FCV, 2008.

SCOZ, Beatriz Judith Lima. **Identidade e subjetividade de professores: sentidos do aprender e do ensinar**. Petrópolis: Vozes, 2011.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Vol. 20, n. 2, jul/dez, 1995, p. 71-99.

SCOTT, Joan. **The evidence of experience**. *Critical Inquiry*, nº 17, pp. 773-779, 1991.

Recebido: 15/06/2012
Aprovado: 12/10/2012